

## **DECRETO Nº 9.863, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.**

*Regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 61, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município,

### **DECRETA**

**Art. 1º** É regulamentada a Nota Fiscal de Serviços eletrônica, (NFSe) Série T, conforme modelo constante no Anexo I, para servir como comprovante de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, observadas as demais disposições regulamentares baixadas pela Fazenda Municipal.

**Parágrafo Único.** A NFSe é documento de existência exclusivamente digital, emitido por ocasião da prestação do serviço, gerado e armazenado eletronicamente pelo Município de Santa Cruz do Sul, nas Naturezas de Operação (Art. 2º XIV) conforme Anexo II deste Decreto, aprovados pela Fazenda Municipal.

### **CAPÍTULO PRIMEIRO DISPÕE SOBRE A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**Art. 2º** A NFSe conterá as seguintes informações:

- I** – numeração sequencial;
- II** – código de verificação de autenticidade;
- III** – data e hora da emissão;
- IV** – identificação do prestador de serviços, com:
  - a)** nome ou razão social;
  - b)** endereço;
  - c)** e-mail;
  - d)** número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
  - e)** inscrição no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Santa Cruz do Sul;
- V** – identificação do tomador de serviços, com:
  - a)** nome ou razão social;
  - b)** endereço;
  - c)** e-mail;
  - d)** número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- VI** – discriminação do serviço;
- VII** – valor total da NFSe;
- VIII** – valor da dedução, descontos e retenções federais, se houver;

- IX** – valor do ISS retido na fonte, quando for o caso;
  - X** – alíquota e valor do ISS;
  - XI** – valor líquido da nota e da base de cálculo do ISS;
  - XII** – código do CNAE Fiscal;
  - XIII** – subitem da lista de serviços, conforme Anexo I, da LC nº 04/1997 – Código Tributário Municipal;
  - XIV** – natureza da operação, conforme Anexo II deste Decreto;
  - XV** – município da prestação do serviço;
  - XVI** – informação sobre a obra e intermediário dos serviços, quando for o caso;
  - XVII** – número e data do documento emitido, nos casos de substituição.
- §1º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial e precedida do ano de sua emissão, sendo, sua contagem reiniciada a cada ano.
- §2º A numeração da NFS-e será específica para cada estabelecimento emissor.
- §3º A data de emissão poderá ser de até 10 (dez) dias antecedentes ao da transmissão do arquivo.
- §4º Fica dispensado de constar o número do CPF e do CNPJ do tomador dos serviços nos casos em que o tomador seja:
- I** – pessoa física;
  - II** – estabelecido no exterior do país.

**Art. 3º** É obrigatório o uso de NFS-e por todas as pessoas jurídicas prestadoras de serviços cadastradas no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Santa Cruz do Sul.

**Art. 4º** A NFS-e deve ser emitida “on-line” ou via “Web-Service”, por meio da Internet em sistema de processamento de dados disponibilizado pelo Município de Santa Cruz do Sul em seu sítio eletrônico.

§1º A emissão da NFS-e será efetuada mediante certificado digital do contribuinte ou de seus procuradores, desde que também certificados digitalmente.

§2º A procuração prevista no parágrafo anterior obedecerá ao modelo constante no Anexo III deste decreto.

§3º Será enviado, pelo sistema referido no caput, ao e-mail do tomador do serviço, link para impressão da NFS-e.

§4º Nos casos em que não houver a informação do e-mail do tomador dos serviços o prestador deverá imprimir via da NFS-e e entregá-la ao tomador.

§5º A emissão da NFS-e via “Web-Service” obedecerá ao disposto na regulamentação da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Santa Cruz do Sul, conforme manual disponível no site [www.santacruz.rs.gov.br](http://www.santacruz.rs.gov.br).

**Art. 5º** A NFS-e poderá ser cancelada/substituída pelo emitente, por meio do sistema, até o vencimento do imposto.

**Parágrafo Único.** Após o vencimento do imposto, a NFS-e somente poderá ser cancelada, retificada ou substituída, mediante justificativa, através de requerimento dirigido à Secretaria Municipal de Fazenda que, por meio de Processo Administrativo promoverá a alteração requerida, bem como procederá no lançamento da multa prevista no art. 81, inciso IV, alíneas “a”, “b”, “c” ou “d”, conforme o caso, da LC 04/1997, que institui o Código Tributário Municipal.

**Art. 6º** Ficam dispensados da emissão da NFSe os prestadores de serviços enquadrados, nos termos do Código Civil Brasileiro e da Lei Complementar nº 123/2006, à condição de Microempreendedor Individual – MEI, que emitirá notas fiscais em talonários autorizados pelo Departamento de Administração Tributária ou pelo site [www.santacruz.rs.gov.br](http://www.santacruz.rs.gov.br).

**Art. 7º** A Nota Fiscal de Serviços (MEI) conterá, dentre outras, as seguintes indicações:

- a)** a denominação “Nota Fiscal de Serviços”;
- b)** o número de ordem, a indicação da série e o número de vias da nota;
- c)** o nome, endereço e os números de inscrição municipal, estadual e federal do emitente;
- d)** data de emissão;
- e)** a natureza da operação, conforme Anexo II deste Decreto;
- f)** espaço para o nome, endereço e os números da inscrição municipal, estadual e federal do tomador de serviços;
- g)** especificação dos serviços prestados ou da operação realizada, quantidade, unidade, espécie, preço unitário dos serviços e o total;
- h)** no rodapé: o nome, o número de inscrição e outras identificações do estabelecimento gráfico que a imprimiu, com indicação do número de vias de notas fiscais, a quantidade de notas fiscais por talonário, a data da validade dos documentos (art. 8º, parágrafo único), o número de ordem da primeira e da última nota fiscal impressa e o número da Autorização Municipal da Impressão dos Documentos Fiscais – AIDOF;

**§1º** As indicações constantes das letras “a”, “b”, “c”, e “h” deste artigo serão impressas tipograficamente.

**§2º** Poderão, ainda, constar da Nota Fiscal de Serviços quaisquer outras indicações de interesse do contribuinte, desde que não prejudiquem a clareza do documento.

**§3º** As Notas Fiscais de Serviço serão numeradas sequencial e tipograficamente, em ordem crescente a começar pelo número 001 (zero, zero, um) e enfileiradas em blocos uniformes.

**Art. 8º** A quantidade de documentos fiscais solicitada pelo contribuinte MEI será previamente analisada pelo Departamento de Administração Tributária, podendo ser autorizada quantidade diferente da solicitada.

**Parágrafo Único.** A validade máxima dos documentos impressos será de 5 (cinco) anos, a contar de sua autorização, devendo constar obrigatoriamente esta informação no rodapé de todos os documentos fiscais impressos.

**Art. 9º** As tipografias e estabelecimentos congêneres são obrigados a manter registros próprios dos documentos fiscais que imprimirem.

**Art. 10.** Em relação à utilização de livros e documentos fiscais, ao prestador de serviço registrado como Microempreendedor Individual – MEI, são aplicáveis pelo Município as normas atribuídas a este pela correspondente legislação federal.

**Art. 11.** Fica autorizada pela Secretaria Municipal de Fazenda a utilização, por contribuinte autônomo, da Nota Fiscal Avulsa, adquirida em papelarias, desde que mencionadas no seu preenchimento as indicações do nome, emitente, endereço, CPF e número do cadastro mobiliário, devendo ser validada

pelo Departamento de Administração Tributária.

**Parágrafo Único.** A faculdade do disposto neste artigo não dispensa a exigência do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA) pelo tomador do serviço, quando necessário.

**Art. 12.** No caso de eventual impedimento da emissão “on-line” ou “Web-Service” da NFSe, o prestador de serviços emitirá Recibo Provisório de Serviços – RPS.

**Parágrafo Único.** O RPS será emitido exclusivamente em sistema disponibilizado pelo Município de Santa Cruz do sul.

**Art. 13.** A perda ou extravio de documentos de interesse do Fisco Municipal deverão ser objeto de:

**I** – comunicação em Boletim de Ocorrência Policial;

**II** – publicação de anúncio, por três vezes, em jornal periódico da localidade, relativo à ocorrência, com a identificação dos documentos ou impressos fiscais (tipo, modelo, série, subsérie, numeração) e especificação, indicando se estão preenchidos ou não;

**III** – preenchimento de Declaração de Extravio de Documento (Anexo 9) e autenticação da declaração no Cartório de Registro de Serviços Notariais;

**IV** – fotocópias do RG e CPF do declarante.

**Parágrafo Único.** O contribuinte deverá, ainda, comunicar a perda ou extravio ao Fisco Municipal, através do Anexo 8, devendo anexar cópia do Boletim de Ocorrência e recorte dos jornais contendo a comunicação de extravio.

## **CAPÍTULO SEGUNDO DISPÕE SOBRE O RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS**

**Art. 14.** O Recibo Provisório de Serviços – RPS (Anexo IV) conterá as seguintes informações:

**I** – numeração sequencial;

**II** – data e hora da emissão;

**III** – identificação do prestador de serviços, com:

**a)** nome ou razão social;

**b)** endereço;

**c)** e-mail;

**d)** número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

**e)** inscrição no Cadastro Mobiliário da Secretaria Municipal de Fazenda do Município de Santa Cruz do Sul

**IV** – identificação do tomador de serviços, com:

**a)** nome ou razão social;

**b)** endereço;

**c)** e-mail;

**d)** número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

**V** – discriminação do serviço;

VI – valor total da NFS-e;  
VII – valor da dedução, descontos e retenções federais, se houver;  
VIII – valor do ISS retido na fonte, quando for o caso;  
IX – alíquota e valor do ISS;  
X – valor líquido da nota e da base de cálculo do ISS;  
XI – código do CNAE Fiscal;  
XII – subitem da lista de serviços, conforme Anexo I, da LC nº 04/1997 – Código Tributário Municipal;  
XIII – natureza da operação, conforme Anexo II deste Decreto;  
XIV – município da prestação do serviço;  
XV – informação sobre a obra e intermediário dos serviços, quando for o caso;  
XVI – número e data do documento emitido, nos casos de substituição.  
XVII – prazo para substituição do RPS em NFS-e.

**Parágrafo Único.** O número do RPS será gerado pelo sistema, em ordem crescente, utilizando a data e emissão.

**Art. 15.** O RPS deverá ser convertido em NFSe até o 10º (décimo) dia subsequente ao de sua emissão.

**Parágrafo Único.** O vencimento do prazo em dia não útil não o posterga.

**Art. 16.** Em casos específicos e a critério da Secretaria Municipal de Fazenda, o Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser emitido em sistema do próprio do contribuinte.

§1º A emissão do RPS em sistema do próprio contribuinte ocorrerá em substituição temporária da emissão da NFSe.

§2º O RPS poderá ter modelo diferenciado do constante deste Decreto, obedecendo ao disposto no Artigo 9º.

§3º O número do RPS será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial e precedida do ano de sua emissão, sendo sua contagem reiniciada a cada ano.

§4º A numeração do RPS será específica para cada estabelecimento emissor.

§5º Nos casos em que a emissão do RPS seja efetuada em mais de um equipamento, a numeração deverá ser individualizada por meio da utilização de série.

§6º A conversão do RPS em NFSe obedecerá ao disposto no Artigo 10 deste Decreto.

**Art. 17.** O Recibo Provisório de Serviços – RPS, depois de emitido, não poderá ser alterado.

**Art. 18.** O RPS rejeitado no momento da conversão em NFSe deverá ser cancelado, gerando uma NFS-e cancelada dentro dos prazos previstos neste Decreto.

**Art. 19.** O RPS já convertido em NFSe não poderá ser reenviado.

**Parágrafo Único.** O cancelamento de RPS já enviado ocorrerá através do cancelamento da respectiva NFSe gerada, devendo obedecer ao previsto no art. 5º do presente Decreto.

**Art. 20.** A guia para recolhimento do ISS das NFSe será gerada em sistema próprio do Município de Santa Cruz do Sul.

**Art. 21.** Os prestadores de serviços ficam desobrigados de informar na Escrituração Eletrônica as NFS-e emitidas.

**Art. 22.** Ficam aprovados os modelos da NFS-e, da Procuração e do RPS, respectivamente Anexos I, III e IV, considerados parte integrante deste Decreto.

**Art. 23.** As NFS-e e os RPS poderão ser consultadas no portal eletrônico do Município de Santa Cruz do Sul.

### **CAPÍTULO TERCEIRO**

#### **DISPÕE SOBRE REGIME ESPECIAL DE EMISSÃO DE NFS-e.**

**Art. 24.** As empresas de agenciamento e corretagem de seguros (subitem 10.01); agenciamento, corretagem e intermediação de imóveis (subitem 10.05); as instituições financeiras (subitem 15); tele entrega, moto boy e transporte municipal (subitem 16.01); serviços de registros públicos cartorários e notariais (subitem 20.01), todos da Lista de Serviços anexa à LC nº 04/1997 – CTM, e ainda as locações de vídeos podem emitir uma NFS-e mensal e apresentar o movimento do mesmo junto ao Departamento de Administração Tributária para autenticação.

**Art. 25.** As empresas de Comércio de combustíveis e serviços, prestadoras de serviços de estacionamento (subitem 11.01); lavagem e polimento de veículos (subitem 14.05), da Lista de Serviços anexa à LC nº 04/1997 – CTM, podem emitir uma NFS-e diária e apresentar o movimento do mesmo junto a Fiscalização Tributária para autenticação.

**Art. 26.** As Empresas de serviços de atividades de reserva, distribuição e venda de bilhetes, ingressos para teatro, cinema, shows, feiras, eventos de esportes e para todas atividades de recreação e lazer (subitem 19.01) da Lista de Serviços anexa à LC nº 04/1997 – CTM podem emitir uma NFS-e para a pessoa Física ou Jurídica Organizadora do Evento e uma NFS-e para os diversos compradores dos ingressos ou bilhetes, por evento, e apresentar o movimento do mesmo junto a Fiscalização Tributária para autenticação.

**Art. 27.** Fica instituído o Comprovante de Emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - CENF, que será opcional e servirá como representação da emissão da NFS-e, nos casos de integração de sistemas via Web-Service, podendo ser apresentado ao tomador do serviço.

### **CAPÍTULO QUARTO**

#### **DISPÕE SOBRE A BAIXA DE CADASTRO MOBILIÁRIO DE CONTRIBUINTE**

**Art. 28.** A comunicação de baixa cadastral de estabelecimento dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados do encerramento da atividade.

**Parágrafo Único.** A solicitação de baixa cadastral de contribuinte prestador de serviço deverá ser efetuada mediante o preenchimento do formulário Anexo 8 e, antes de protocolada, submetida à apreciação do Departamento de Administração Tributária, acompanhada, no caso de Microempreendedor Individual (MEI), dos talonários de Nota Fiscal de Serviços autorizados pela Fazenda Municipal dos últimos 5 (cinco) exercícios.

**Art. 29.** Poderá ser baixado de ofício o cadastro mobiliário de contribuinte, sem prejuízo de penalidades legais, nas seguintes situações:

- a)** o contribuinte deixar de requerer a respectiva baixa no prazo de 30 (trinta) dias do encerramento;
- b)** o contribuinte deixar de promover seu recadastramento ou promovê-lo com documentação incompleta;
- c)** o contribuinte não for localizado pelo Fisco Municipal.

**Art. 30.** A Secretaria Municipal de Fazenda poderá exigir o recadastramento obrigatório a todos os contribuintes do Município, cujas informações serão prestadas através de formulário apropriado ou via online.

## **CAPÍTULO QUINTO DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 31.** Cabe a Secretaria Municipal de Fazenda disciplinar a aplicação deste Decreto.

**Art. 32.** Ficam revogados os Decretos nº 8.400, de 03/06/2011, 9.047, de 01/08/2013 e 9.258, de 06/06/2014.

**Art. 33.** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Santa Cruz do Sul, 14 de agosto de 2017.

**TELMO JOSÉ KIRST**  
**Prefeito Municipal**

Registre-se, publique-se e cumpra-se

**VANIR RAMOS DE AZEVEDO**  
Secretário Municipal de Administração  
e Transparência

Anexo I (NFSe)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFSe

Número da Nota	Data e Hora de Emissão	Código de Verificação
----------------	------------------------	-----------------------

PRESTADOR DO SERVIÇO	
Nome ou Razão Social:	Telefone:
CPF/CNPJ:	Inscrição Municipal:
Endereço:	CEP:
Município/UF:	E-mail:

TOMADOR DO SERVIÇO	
Nome ou Razão Social:	Telefone:
CPF/CNPJ:	Inscrição Municipal:
Endereço:	CEP:
Município/UF:	E-mail:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS
Contratação civil

<b>CNAE Fiscal:</b>
Item da Lista de Serviços:
Natureza da Operação:
Município de Prestação de Serviço:
Contratação Civil:
Matrícula CEE:
Intermediário dos Serviços:

VALOR NOTA FISCAL					
Valor dos Serviços	Dedução	Retenção	ISS Retido em Frente	Valor Líquido da Nota	
R\$:	↳ R\$	↳ R\$	↳ R\$ 0,00	↳	R\$

CÁLCULO DO ISS					
Valor dos Serviços	Dedução	Dedução Intermediária	Base de Cálculo do ISS	Alíquota	Valor do ISS
R\$	↳ R\$	↳ R\$	↳ R\$	↳ %	↳ R\$

OBSERVAÇÕES
Retenções: PIS: R\$ 0,00; COFINS: R\$ 0,00; CSLL: R\$ 0,00; IRRF: R\$ 0,00; INSS: R\$ 0,00; Outras Retenções: R\$ 0,00



## Anexo II – Natureza da Operação

<b>5.0 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL</b>		<b>Utilizar os códigos do grupo 5 quando os serviços forem prestados em Santa Cruz do Sul</b>	<b>Responsável pelo ISSQN</b>
<b>5.1</b>	Impostos devido em Santa Cruz do Sul, com obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do tomador do serviço.	Tomador
<b>5.2</b>	Impostos devido em Santa Cruz do Sul, sem obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do prestador do serviço	Prestador
<b>5.7</b>	Empresas sujeitas ao ISSQN Fixo	Escritórios de Contabilidade enquadrados no Simples Nacional E Sociedades de Profissionais.	Prestador
<b>5.8</b>	Não tributável	Utilizar quando o serviço prestado não sofrer tributação pelo ISS. Serviços prestados em Santa Cruz do Sul	Nenhum
<b>5.9</b>	Imposto recolhido pelo regime único de arrecadação Simples Nacional	Utilizar quando o prestador do serviço estiver enquadrado no Simples Nacional ou MEI	Simples Nacional
<b>6.0 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM OUTRO MUNICÍPIO DA FEDERAÇÃO</b>		<b>Utilizar os códigos do grupo 6 quando os serviços forem prestados fora de Santa Cruz do Sul</b>	<b>Responsável pelo ISSQN</b>
<b>6.1</b>	Imposto devido em Santa Cruz do Sul, com obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do tomador de serviço.	Tomador
<b>6.2</b>	Imposto devido em Santa Cruz do Sul, sem obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do prestador de serviço.	Prestador
<b>6.3</b>	Imposto devido fora de Santa Cruz do Sul, com obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado <b>não</b> for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do tomador do serviço	Tomador
<b>6.4</b>	Imposto devido fora de Santa Cruz do Sul, sem obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado <b>não</b> for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do prestador do serviço	Prestador
<b>6.8</b>	Não tributável	Utilizar quando o serviço prestado não sofrer tributação pelo ISS.	Nenhum
<b>6.9</b>	Imposto recolhido pelo regime único de arrecadação Simples Nacional	Utilizar quando o prestador do serviço estiver enquadrado no Simples Nacional ou MEI.	Simples Nacional
<b>7.0 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO NO EXTERIOR</b>		<b>Utilizar os códigos do grupo 7 quando os serviços forem prestados no exterior do país</b>	<b>Responsável pelo ISSQN</b>
<b>7.2</b>	Imposto devido em Santa Cruz do Sul, sem obrigação de retenção na fonte	Utilizar quando o ISS do serviço prestado for devido em Santa Cruz do Sul e a obrigação do recolhimento for do prestador de serviço.	Prestador
<b>7.8</b>	Não tributável	Utilizar quando o serviço prestado não sofrer tributação pelo ISS.	Nenhum
<b>7.9</b>	Imposto recolhido pelo regime único de arrecadação Simples Nacional	Classificam-se neste código as prestações de serviços em que o estabelecimento tomador esteja localizado fora do país e cuja operação e prestador esteja enquadrado no Simples Nacional.	Simples Nacional

**Atenção:** A definição da natureza da operação acarreta na geração ou não de imposto a pagar para a respectiva NFSe, definindo, também, o responsável tributário.

Anexo III – Procuração Eletrônica



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PROCURAÇÃO ELETRÔNICA

DADOS DO PROCURADOR:

RAZÃO SOCIAL: \_\_\_\_\_


CNPJ: \_\_\_\_\_ INSCRIÇÃO MUNICIPAL: \_\_\_\_\_

ATIVIDADE PRINCIPAL: \_\_\_\_\_

FORMA DE TRIBUTAÇÃO: ( ) ISS NORMAL ( ) SIMPLES NACIONAL ( ) ISS FIXO

E-MAIL P/ CONTATO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

 Obs.: Caso a solicitação seja realizada por terceiro, o mesmo deverá apresentar procuração reconhecida em cartório com a cópia do documento de identidade e CPF do procurador.

DADOS DO OUTORGADO:

NOME: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

E-MAIL P/ CONTATO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

Anexo IV (RPS)

**RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO - RPS  
EXIJA SUA NOTA FISCAL**

Número do RPS: 13073116472147

Data/Hora da Emissão: 31/07/2013 as 16:47

ESTE RPS DEVE SER CONVERTIDO EM NOTA FISCAL ATÉ O DIA DD/MM/AAAA. CONSULTE EM \*\*ENDEREÇO DO WEBSITE DA PREFEITURA\*\*

**PRESTADOR DO SERVIÇO**

Nome ou Razão Social:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Município/UF:

Inscrição Municipal:

CEP:

Email:

**TOMADOR DO SERVIÇO**

Nome ou Razão Social:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Município/UF:

Inscrição Municipal:

CEP: -

Email:

**DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

CNAE Fiscal:

Item da Lista de Serviços:

Natureza da Operação:

Município da Prestação de Serviço:

Construção Civil:

Intermediário dos Serviços:

**VALOR DA NOTA FISCAL**

Valor dos Serviços:	R\$ 0,03
Descontos:	R\$ 0,00
Retenções:	R\$ 0,00
ISS Retido na Fonte:	R\$ 0,00
Valor Líquido do RPS:	R\$ 0,03

**CÁLCULO DO ISS**

Valor dos Serviços:	R\$ 0,03
Deduções:	R\$ 0,00
Descontos Incondicionados:	R\$ 0,00
Base de Cálculo do ISS:	R\$ 0,03
Alíquota:	3,00%
Valor do ISS:	R\$ 0,00

**OBSERVAÇÕES**

Retenções:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO SUL







